

CONJUNTURA NACIONAL

1- Os primeiros seis meses do Governo FHC não deixam dúvidas sobre seu perfil neoliberal e conservador. Sua principal motivação econômica é pôr fim, em bases conservadoras, ao modelo nacional-desenvolvimentista instaurado a partir dos anos 30. Desenha-se um novo padrão, tardio, de acumulação de capital, de inspiração neoliberal.

2- Neoliberal porque expõe à concorrência internacional predatória o sistema produtivo nacional, debilita o necessário papel regulador do Estado na economia e ameaça extinguir as já precárias garantias sociais das classes trabalhadoras.

3- Tardio porque fortes resistências sociais impediram anteriormente a adoção, no Brasil, de ajustes semelhantes àqueles aplicados no Chile, Bolívia, Argentina e México.

4- A crise mexicana e seus efeitos na América Latina mostraram como o neoliberalismo compromete a soberania nacional, desarticula importantes setores produtivos da economia e agrava a exclusão social.

5- Na conjuntura imediata, a estabilização monetária centrada na âncora cambial acarreta juros elevadíssimos, que empurram a economia para a recessão, provocando falências, concordatas, inadimplências, desemprego e mais pobreza.

6- A nossa derrota e a ascensão da aliança PSDB-PFL quebraram o quase equilíbrio estratégico que dificultava o ajuste neoliberal durante os governos Collor e Itamar. O novo quadro deu mais iniciativa e margem de manobra às forças conservadoras, especialmente na relação com o Legislativo, facilitando reformas antipopulares da Constituição. O governo conta, hoje, com um bloco de mais de 300 deputados e dois terços do Senado, controlando as presidências das duas casas do Congresso. A atual aliança no poder, além de maior iniciativa parlamentar, articula os grandes grupos econômicos, conta com a benevolência do Judiciário e com fortíssimo apoio da mídia.

7- A aprovação das primeiras emendas constitucionais, quebrando o monopólio de setores estratégicos da economia, como petróleo e telecomunicações, desmantela o Estado brasileiro e acentua a inserção subordinada do País aos grandes blocos econômicos.

8- O Governo FHC articula um vasto programa de privatizações, destinado a sustentar, a qualquer custo, a estabilização monetária.

9- Novas mudanças legais terão forte impacto sobre as classes trabalhadoras. É o caso da reforma previdenciária, que ameaça revogar direitos e mercantilizar o sistema. É o caso, também, da desindexação da economia e o violento arrocho salarial, em um contexto recessivo, e da desregulamentação das relações de trabalho, para flexibilizá-las e precarizá-las.

10- Para atingir seus objetivos, o governo realiza violenta ofensiva contra os sindicatos que resistem ao projeto neoliberal, como ficou evidente na greve dos petroleiros, o que inclui o uso da Justiça do Trabalho. Com isso, pretende eliminar o direito de greve e aniquilar o sindicalismo combativo.

11- Na sua ofensiva contra as esquerdas, o Governo FHC busca apresentá-las como revanchistas, por não aceitarem a derrota de 1994, arcaicas, por recusarem

a modernização conservadora, e sectárias, por se oporem à agenda proposta pelo Executivo.

12- A novidade do Governo FHC nas políticas sociais foi a apresentação do Programa Comunidade Solidária. Esse programa se superpõe à ação dos ministérios, à presença do controle da sociedade e vincula a pobreza às decisões da primeira-dama. Reitera o tradicional modelo populista de ações sociais, identificando-as com a benemerência do governante e de sua mulher. Esvazia os conselhos paritários de gestão, como os da Criança e Adolescente e de Assistência Social. Descaracteriza a intensidade das desigualdades sociais, que atingem a maioria da população brasileira, e reduz o atendimento dos mais miseráveis a alguns aglomerados localizados. Reitera o processo de apartação social, pela aplicação de políticas focalistas, e de dissolução de direitos sociais constitucionais.

Cria, através de uma política de marketing, a idéia de atendimento às necessidades sociais dos mais pobres, mas de fato dilui desde direitos universais até serviços públicos, os quais substitui por ações compensatórias precárias, destinando esmolas aos setores e regiões miseráveis do País. Destrói a rede pública de saúde e educação e os programas regulares de assistência social.

O Comunidade Solidária procura levar à desresponsabilização do Estado, transferindo suas obrigações às ONG e entidades sociais. Tenta cooptar o movimento popular, sindicatos e partidos, associando-os à aplicação de “planos circunstanciais de redução da miséria”, em nome de pretensas políticas sociais compensatórias.

O anúncio de FHC, propondo implantar, em 1996, um programa de renda mínima é, na verdade, uma resposta precária ao artigo 203 da Constituição, que rege a Política Nacional de Assistência Social.

Trata-se da continuidade, com restrições, de uma renda mensal vitalícia (hoje sob responsabilidade da Previdência Social) e de pagamento de um salário mínimo – que deve assumir o caráter de seguro-reabilitação – às pessoas portadoras de deficiência.

O PT tem denunciado as desigualdades sociais, a exclusão e a apartação social presentes na sociedade brasileira, mas deve ir além da denúncia.

O PT não é parceiro de fóruns do Comunidade Solidária, enquanto abandono de políticas universais em favor de políticas pontuais e compensatórias. Os petistas de todo o Brasil devem lutar por políticas que garantam direitos de cidadania.

Devemos exigir que o governo federal repasse verbas necessárias ao atendimento das demandas populares.

Devemos garantir que nossos programas de garantia de padrões mínimos de vida e renda sejam universais e afiançadores de cidadania.

Devemos garantir que os governos municipais e estaduais do PT, bem como a ação de parlamentares, sigam estas orientações.

É necessário, ainda, que o PT aprofunde suas alternativas de ação com a população desorganizada e mais miserabilizada, o que deve ultrapassar experiências da “solidariedade da benemerência e de ajuda” e caminhar para a “solidariedade de luta e de partilha”.

13- No primeiro semestre de 1995, a manutenção da estabilidade econômica garantiu níveis ainda elevados de popularidade ao governo. Isso, associado ao uso

sistemático de Medidas Provisórias, à escalada do fisiologismo, com distribuição de verbas e cargos, permitiu que o governo desse poderosa demonstração de força nas votações do Congresso e no ataque aos movimentos sociais.

14- O PT, mesmo tendo sido duramente atingido pela derrota eleitoral de 1994, e ainda sofrendo o impacto da crise internacional da cultura política de esquerda, teve um papel decisivo na resistência à ofensiva neoliberal.

15- A greve dos petroleiros, pelo cumprimento do acordo firmado com o Governo Itamar Franco, desmascarou a imagem de negociador de FHC e eliminou as ilusões que porventura subsistissem em relação ao governo.

16- A evolução da conjuntura econômica está marcada pelo impacto devastador da política de importações predatórias, em vários setores da indústria, e pelos juros altos, que disseminam a inadimplência e desencadeiam a recessão. Neste quadro, cresce uma ampla, ainda que dispersa, mobilização social contra a política econômica do governo. Na agricultura, surgem o caminhonço e a manifestação dos sem-terra contra a política agrária e agrícola de FHC.

17- No ABC, dá-se a mobilização dos metalúrgicos contra a Medida Provisória para a indústria automotiva, que ameaça desmantelar o setor de autopeças. Nos setores têxtil e de calçados, em várias regiões do País, crescem as mobilizações contra os juros altos.

18- Todos estes movimentos indicam um cenário distinto para o segundo semestre, no qual o PT, como principal partido de oposição, terá um papel decisivo na mobilização popular.

19- Para derrotar o projeto neoliberal, no entanto, será preciso mais do que resistir ou articular a luta contra as reformas constitucionais do governo. O PT terá que dar um salto de qualidade: reelaborar sua estratégia de poder, desenvolver um projeto de sociedade e um projeto partidário. Terá que atualizar e reelaborar o programa democrático e popular, articulando forças sociais amplas em torno de um projeto para a sociedade brasileira, alternativo ao neoliberalismo vigente e ao nacional-desenvolvimentismo caduco.

Para que isso aconteça, o PT precisa ter capacidade para contrapor suas propostas às do governo, deixando mais claro para as amplas camadas do povo os caminhos que o Partido aponta para o Brasil, estabelecendo uma nova relação com os movimentos sociais organizados, aprendendo com suas experiências e contribuindo na resolução dos seus principais impasses.

Por fim, o PT terá de romper a barreira que o impede de estabelecer uma relação com a maioria organizada da população, principalmente com os setores excluídos pela pobreza, e também com a imensa massa de pequenos e médios proprietários, parte deles na economia informal, que têm mostrado grandes restrições ao PT.

20- O período exige uma nova orientação estratégica. O alinhamento completo da mídia, o grande grau de unidade da burguesia em torno das propostas neoliberais e seu controle do terreno institucional (Congresso, governos estaduais e municipais, Judiciário e Forças Armadas) fazem com que os esforços, cujo centro consiste em negociar o mal menor ou tentar explorar contradições secundárias no campo adversário, acabem aparecendo como um reforço da política do governo e uma descaracterização das nossas propostas.

Alterar a conjuntura supõe reforçar e potencializar as lutas sociais, legitimando-as junto à maioria da população. Cabe desenvolver as propostas de reformas democráticas e populares que possam galvanizar mobilizações populares e confrontar a agenda oficial, criando pressões externas ao terreno institucional, que alterem a correlação de forças aí estabelecida.

Um aspecto fundamental é a denúncia do processo de reorganização neoliberal no seu conjunto, buscando furar o bloqueio monolítico da mídia. Uma das maiores vitórias do neoliberalismo se dá quando ele consegue aniquilar alternativas, constituindo-se, apesar do seu fracasso econômico e social, em horizonte comum tanto para as forças de situação quanto para as de oposição. A reafirmação de uma oposição global, a partir dos interesses dos trabalhadores, é uma condição básica para enfrentar o neoliberalismo no campo econômico, político e social.

21- A oposição popular que o PT vai desenvolver contra o Governo FHC é global. Não se trata apenas de resistir a este ou aquele aspecto do programa do Governo FHC. Nossa divergência não se limita a aspectos isolados da sua orientação. É uma divergência global, que se refere ao próprio fundamento do programa do governo. É preciso mostrar à sociedade brasileira que as políticas propostas por FHC não podem constituir um projeto de desenvolvimento que atenda às grandes majorias nacionais. Elas carecem de uma dimensão nacional e social. Não visam a realização de um processo de integração nacional, a incorporação de todos os brasileiros à cidadania, mas apenas a acumulação de capital e a integração de uma minoria de consumidores ao Primeiro Mundo, enquanto a imensa maioria da população, miserável e pobre, é condenada à privação e à marginalidade, que hoje espantam o mundo nos testemunhos sobre a África, o Leste Europeu e a América Latina.

UMA POLÍTICA ALTERNATIVA E UMA AGENDA DEMOCRÁTICA E POPULAR

22- Nossa oposição ao projeto neoconservador do governo deve se articular com a luta por uma agenda alternativa para o País, a partir de três eixos centrais:

- uma nova política econômica com reformas sociais;
- a defesa da Nação;
- a defesa da democracia.

UMA NOVA POLÍTICA ECONÔMICA COM REFORMAS SOCIAIS

23- O PT deve denunciar a falácia da atual política de estabilização, seu impacto recessivo e desindustrializante, o endividamento externo do País, o esmagamento das empresas e famílias endividadas por uma taxa de juros inaceitável, a ausência de políticas industrial, agrícola, de ciência e tecnologia e a crescente exclusão social.

24- Do ponto de vista imediato, o PT deve exigir uma reorientação geral da política econômica, que impeça a recessão, defenda o salário e o emprego, reduza os juros e articule a estabilidade econômica à retomada do crescimento em novas bases.

Neste sentido, propomos:

a) o engajamento efetivo do Partido em defesa de uma justa política salarial, fortalecendo as iniciativas da CUT e do movimento sindical contra a desindexação salarial, sobretudo quando a inflação é superior a 3,5%, como em julho de 95, o desemprego cresce de modo alarmante e direitos sindicais elementares são violados;

b) o fortalecimento da articulação com a CUT, CMP e outras entidades civis, para impulsionar uma ampla campanha popular em defesa do emprego e contra as atuais taxas de juros e pela retomada do desenvolvimento com distribuição de renda, riqueza e poder;

c) o desenvolvimento e a apresentação, para a sociedade, de uma política econômica em novas bases.

25- Só será possível bloquear a implementação das reformas neoliberais, bem como abrir espaços para o debate das reformas de caráter democrático-popular, que interessam às maiorias nacionais, através de uma grande mobilização de resistência de todos os setores que estão sendo atingidos pelas políticas do governo. Para realizar esse objetivo, a greve geral dos trabalhadores, em conjunto com um protesto nacional, é uma ferramenta de luta importante.

26- Uma política salarial negociada deve assegurar a gradual e permanente elevação dos rendimentos do trabalho, em especial do salário mínimo, como elemento de indução de um modelo de desenvolvimento de bens de consumo de massas.

Esse movimento deve impedir que o PT seja aprisionado pelos dilemas de uma atuação política que reproduza, diante da crise nacional, uma lógica de pura “negatividade”. Ao nos contrapormos, então, às reformas propostas pelo governo, devemos, necessariamente, fazê-lo em nome das reformas concretas que temos apresentado e podemos apresentar. Nossas próprias denúncias a respeito do caráter neoliberal da política de FHC e de suas repercussões antipopulares serão sempre feitas com base em nossas propostas alternativas.

O descuido quanto a esta orientação pode facilitar o trabalho das forças mais conservadoras, que procuram apresentar-se como forças reformadoras e modernizantes. Para mostrar que esta conduta caracteriza um embuste é preciso retomar a bandeira das reformas radicais e tornar absolutamente visível para o conjunto da sociedade e, principalmente, para os movimentos sociais, que nossa posição não é o reconhecimento da defesa do Estado e da Constituição, que são expressão do status quo conservador, elitista e excludente, mas a afirmação política e ofensiva de um projeto de nação.

27- Uma revisão imediata da política cambial e racionalização da abertura comercial para assegurar a recuperação dos saldos comerciais, além de regras de ingresso de capital financeiro, que diminuam a vulnerabilidade externa do País.

28- Reforma do sistema financeiro que garanta a redução efetiva da taxa básica de juros cobrados em operações com títulos públicos de curto prazo, processando-se um progressivo alongamento do perfil de vencimento dos títulos da dívida interna.

29- Uma reforma tributária, que combine o combate à sonegação e à evasão fiscal com a ampliação da base de tributação e progressividade dos impostos e

racionalização da estrutura de tributos, aliviando o investimento produtivo, as exportações e os assalariados, como define a proposta já apresentada pelo PT.

30- Uma política de emprego que enfrente o problema da economia informal, estimule as micro, pequenas e médias empresas empregadoras, assim como a pequena agricultura familiar, além de apontar para a redução da jornada de trabalho, um programa de investimento em infra-estrutura e estímulos aos setores que mais geram empregos.

31- Uma política de renda nacional e negociada entre trabalhadores, governo e empresários, que acione as câmaras setoriais de forma articulada com uma política industrial e agrícola ativa e a utilização de mecanismos de controle e punição de práticas abusivas de remarcação de preços e outros crimes contra a concorrência e a economia popular

32- Manutenção do controle do Estado sobre as empresas estatais estratégicas, com reformas profundas que assegurem o caráter público destas empresas, com gestão transparente e democrática, maior liberdade gerencial, metas e contratos de gestão e formas mais eficazes de fiscalização e controle.

DIVULGAR OS PROJETOS E AS PROPOSTAS DO PT PARA TRANSFORMAR O BRASIL

33- O conhecimento do projeto estratégico para transformar o País, assim como as propostas para a conjuntura, deve ser socializado para os petistas e para o País.

Mais uma vez, por sua luta e coerência política, o PT conquistou a condição de ser o melhor partido da oposição logo após as eleições de 1994.

O PT e seus aliados devem ter competência para divulgar à opinião pública os projetos e propostas defendidos por Lula nas Eleições-94, levando-os ao conhecimento e discussão dos petistas, dos movimentos sociais, sindicais e comunitários, das prefeituras e câmaras municipais de todo o País.

O Partido, que se caracteriza por ser um instrumento do dia-a-dia das lutas sociais, deverá assumir esta postura com suas propostas claras e objetivas. Deverá saber lidar com a realidade, apoiar e organizar as lutas reivindicatórias junto com o movimento sindical, criando oportunidades para discussões de suas propostas e projetos.

A maioria dos problemas enfrentados pela população brasileira têm solução, mesmo sem a reforma constitucional.

Propomos, portanto, que os projetos e propostas do PT para as áreas da saúde, educação, previdência, saneamento básico, habitação, produção agrícola, reforma agrária, desenvolvimento econômico e tecnológico, geração de empregos, segurança etc., incluindo as propostas e posições do Partido a respeito da reforma constitucional, sejam imediatamente divulgados para todo o Partido e para o País.

O projeto para o Brasil que queremos, para realização de nossas utopias, deverá, portanto, balizar as discussões, instrumentalizar didaticamente o crescimento da consciência da cidadania. Deverá ter um compromisso fundamental com a democratização do Estado e pela sua desprivatização.

No âmbito das reformas da Constituição, precisamos assumir a postura crítica radical contra as reformas propostas pelo Governo FHC e seus aliados, mas

precisamos também, além de garantir os avanços conquistados pelas emendas populares em 1988, saber o que e como propor reformas em questões cruciais, procurando inverter a lógica do atual governo com nossas propostas, claras e bem articuladas, como as da reforma do sistema tributário e fiscal, do sistema financeiro, da previdência, entre outras.

Propomos que a reforma tributária/fiscal seja motivo de uma campanha urgente e imediata de divulgação e discussão da nossa proposta junto às 5.200 prefeituras e câmaras de vereadores, sindicatos, universidades e escolas de todo o País. Esta discussão serviria como vetor para introduzir as demais questões.

A reforma tributária proposta pelo PT poderá despertar interesse imediato das comunidades e respectivas administrações para melhorar a arrecadação, com conseqüente capacidade de atender suas demandas, hoje relegadas pelo governo federal às municipalidades, sem a contrapartida dos recursos necessários.

A reforma do Estado e a democratização do poder público deverão permear constantemente as discussões e propostas.

34- Renegociação da dívida externa do País e auditoria da dívida, sem as quais não haverá outra alternativa que não seja a suspensão unilateral do pagamento da dívida externa. Devemos lutar também por uma articulação internacional de propostas que assegurem o controle público sobre a mobilidade do capital financeiro internacional, que hoje desestabiliza os países e estimula a especulação financeira em caráter global.

35- O enfrentamento das reformas neoliberais só terá viabilidade se for baseado na mobilização social. Cabe à bancada federal definir, a partir das diretrizes gerais deste Encontro e das orientações do Diretório Nacional, os aspectos especificamente parlamentares de nossa contraposição às reformas neoliberais do governo. Mas só a articulação com os movimentos sociais poderá viabilizar vitórias populares. Para tanto, a direção do PT e sua militância nos movimentos sociais deverão articular-se com a CUT, Contag, Central dos Movimentos Populares (CMP), MST, OAB, CNBB, ABI, entidades de pequenos e médios empresários do campo e da cidade, buscando unificar suas agendas de luta. Assim, o PT deve, ainda no segundo semestre de 95, trabalhar pela efetivação de um fórum nacional de caráter popular em defesa da soberania e da democracia, buscando concretizar uma plataforma de lutas que seja alternativa, possibilitando uma saída para a crise que assola a imensa maioria dos brasileiros.

36- Alguns temas devem dar o tom de nossa atuação, articulada aos movimentos sociais e às forças políticas que buscamos integrar em nosso arco de alianças:

a) a defesa dos salários – recusando a tese da origem salarial da inflação, contra a desindexação unilateral da economia, que somente atinge a remuneração do trabalhador e mantém intactas as regalias do ensino financeiro –, a recuperação e proteção do salário mínimo;

b) medidas imediatas contra o desemprego; redução da jornada de trabalho sem redução de salários;

c) controle efetivo da inflação a partir do combate à especulação financeira;

d) ataque ao preço de monopólio, aos altos juros e a todos os tipos de especulação;

e) uma reforma tributária que reestruture os impostos indiretos, dê prioridade aos impostos diretos com base na progressividade e garanta a taxaÇÃO das grandes fortunas;

f) alongamento do perfil da dívida interna;

g) reforma agrária, fim da violência anticamponesa e punição aos responsáveis por este crime;

h) defesa do patrimônio público, desmascarando os interesses envolvidos na privatização e lutando pela democratização e controle das estatais;

i) defesa de um sistema público de previdência social, ampliando seu caráter universal na defesa dos direitos adquiridos de aposentados e trabalhadores da ativa, e denúncia dos efeitos reais da privatização dos sistemas previdenciários;

j) a luta contra a agiotagem, negando a política de juros extorsivos, que quebra trabalhadores e empresas nacionais e enriquece os que vivem de financiar o déficit estatal;

l) efetivo combate à fome, à miséria e à marginalização social;

m) a democratização dos meios de comunicação de massa;

n) defesa dos direitos humanos e das liberdades democráticas;

o) reforma institucional: controle externo do Judiciário e restrição das funções do Senado às questões federativas;

p) lutar pela realização de um referendo popular sobre as mudanças na Constituição;

q) contraposição ao projeto Bresser de reforma administrativa, que quer liquidar o serviço público universal, o Regime Jurídico Único, a estabilidade e o direito de greve do conjunto do funcionalismo.

A DEFESA DA NAÇÃO

37- A defesa da Nação exige uma nova política econômica e uma aliança social mais ampla, orientada para um projeto de desenvolvimento baseado no investimento produtivo e valorização do trabalho. Não se trata de assumir uma posição isolacionista no mundo, mas de assegurar a complexidade do nosso sistema produtivo, garantindo maior equidade social (em um País que detém a pior distribuição de renda do planeta) e preservando o meio ambiente.

38- A política de integração do Mercosul deve servir para viabilizar projetos nacionais de desenvolvimento e aumentar a inserção competitiva de nossos países em novas bases, e não para aprofundar nossa articulação subordinada.

39- O fenômeno da globalização não pode ser visto apenas como reflexo da hegemonia das idéias neoliberais, que pregam o fim das fronteiras e a superação do Estado nacional.

40- A resposta à desestruturalização nacional e social de nossos países exige uma nova concepção de internacionalização, não só da economia, como da política, da cultura, especialmente da informação, da ciência e da tecnologia.

41- Respeitadas as identidades e soberanias nacionais, são urgentes iniciativas nacionais para preservar a paz, impulsionar o desarmamento e a solução negociada dos conflitos, em defesa do meio ambiente, dos direitos humanos, de patrimônios históricos e culturais, nacionais e étnicos, para a regulação das

migrações, disciplina das atividades financeiras, combate ao crime organizado, sobretudo o narcotráfico e, especialmente, o enfrentamento dos problemas da exclusão e da pobreza e em defesa do emprego.

42- Torna-se inadiável a discussão sobre a ONU e sobre todos os organismos internacionais surgidos (ou revigorados) no pós-Segunda Guerra.

43- A reforma do sistema de relações internacionais não pode resumir-se à reivindicação do Brasil de ocupar, permanentemente, um lugar no Conselho de Segurança ou ao sonho megalomaniaco de nos transformarmos no “oitavo passageiro” do G7. É preciso avançar em direção a uma nova ordem mundial federativa, democrática e internacionalmente legitimada. Esta orientação deve perpassar a política externa brasileira em todos os cenários e organismos internacionais.

A SITUAÇÃO INTERNACIONAL

A situação internacional tem sofrido, nos últimos anos, profundas mudanças, que antecipam a abertura de um novo histórico, marcando radicais transformações no mundo do trabalho, inclusive de sua divisão internacional, e por fenômenos de exclusão de países e regiões do planeta ou de vastos contingentes sociais, até mesmo em países desenvolvidos.

44- Sob a denominação de globalização, assiste-se a um processo de unificação de todos os mercados do mundo, inclusive dos mercados financeiros, e de internacionalização da produção. O comando desse processo é o resultado de complexas relações dos países desenvolvidos – reunidos no G7 – e de grandes corporações transnacionais. O Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, o Clube de Paris e a recém criada Organização Mundial do Comércio, entre outras instituições, formam uma constelação de órgãos encarregados de formular e, sobretudo, executar suas decisões mais gerais, emanadas daqueles centros de poder.

Procuram enquadrar os países da periferia nesse novo esquema de divisão internacional do trabalho, assegurando para os países mais desenvolvidos a produção e os mercados para os produtos resultantes da “terceira revolução industrial”. Muitos países vêm-se de novo relegados à condição de economias primário-exportadoras, reduzidos a uma industrialização feita à base de tecnologias ultrapassadas ou, eventualmente, podendo competir internacionalmente com produtos de ponta em alguns nichos.

Este quadro de intromissão dos países avançados na vida dos países periféricos traduz-se, igualmente, na imposição de políticas macroeconômicas de controle da inflação com efeitos desindustrializantes, desnacionalizantes e com forte impacto negativo sobre o emprego. São políticas que aumentam a exclusão social. O crescimento da dívida externa é novamente visível. O Governo FHC é a expressão de uma tentativa de inserção subordinada do Brasil no mundo.

45- Em muitos países dependentes, o Estado cumpriu o papel de realizar uma relativa contraposição à lógica do mercado mundial, viabilizando alguma autonomia dos centros de decisão locais e o apoio a políticas de desenvolvimento autóctones. A globalização, a desregulamentação e a submissão total aos mecanismos de mercado

estão configurando, objetivamente, novas relações internacionais de subordinação. Este processo é viabilizado pela instalação de governos dóceis às imposições das multinacionais, da banca internacional e dos organismos multilaterais que os apóiam. No Brasil, o Governo FHC se insere nesta lógica de subordinação.

A desestruturação das economias nacionais está colocando em xeque a ação dos Estados nacionais.

46- A existência de uma economia nacional, mesmo inserida internacionalmente, depende da existência de um projeto nacional de desenvolvimento, que não pode ser subordinado à lógica do mercado, ainda que não possa desconhecê-la. Esta submissão promoveria, como vem ocorrendo, a desigualdade e exclusão sociais.

O Estado, quando democraticamente controlado, pode impor custos aos capitalistas, para garantir a unidade política da nação, a integração dos vários segmentos sociais no consumo, a construção de um mercado nacional integrado. Tudo isso é hoje questionado pela globalização, pelas investidas contra os “custos do trabalho” e os “custos do Estado”.

Os setores não internacionalizados das classes dominantes sofrem, em muitos países, um processo de desestabilização. Mas são os trabalhadores os principais ameaçados por este processo. A reestruturação liberal, o crescimento da dívida pública, o deslocamento regressivo da carga tributária em prejuízo dos pobres, a crise aguda das finanças públicas desembocam no questionamento dos mecanismos de proteção social e no crescimento das desigualdades regionais. A função redistributiva dos Estados retrocede enquanto, paralelamente, atacam-se os sindicatos em nome da redução dos custos e do aumento da competitividade.

A nova hierarquia de poder produz um mundo mais injusto, instável e violento, tornando a luta pelo socialismo e a formulação de um novo internacionalismo tarefas mais atuais do que nunca.

47- A ruptura dos equilíbrios instáveis resultantes da última Guerra Mundial não desembocou em uma nova ordem de paz e progresso, como ontem apregoava Bush, mas em novos conflitos, inevitáveis em um mundo injusto, violento e instável. Estamos diante de uma contra-reforma capitalista (econômica, política e cultural), que destrói as conquistas democráticas através do desemprego de longa duração (e que convive com o crescimento econômico), da precariedade laboral, da persistência da velha pobreza e do advento de novos pobres, das exclusões de todos os tipos, das catástrofes ecológicas e da crise de valores éticos e morais. A contraposição da agudização das desigualdades e das injustiças é o crescimento da instabilidade e da violência no mundo, das expressões de barbárie modernas.

48- Em todo o mundo, a implementação de políticas neoliberais tem conduzido a violações e a graves restrições das liberdades públicas e da própria democracia representativa.

As organizações dos trabalhadores, em particular os sindicatos, são os principais alvos desta ofensiva autoritária.

49- O projeto democrático-popular é nacional e, ao mesmo tempo, continental. Sua base social não são apenas as classes trabalhadoras brasileiras e seus aliados, mas os segmentos populares de toda a América Latina. Não são nossas adversárias

apenas as políticas das classes dominantes brasileiras, mas as políticas imperialistas, em particular aquelas emanadas dos Estados Unidos.

O projeto democrático-popular não se funda em uma retórica denunciante, mas exige a renovação do projeto socialista, que permitirá o revigoramento do internacionalismo.

50- Em um mundo crescentemente globalizado pelo capital, as diversas formas de resistência às políticas burguesas nos países avançados e nos países em desenvolvimento permitem dar maior visibilidade e credibilidade às alternativas populares de contraposição aos projetos de destruição nacional e social hoje implementados pelas políticas neoliberais.

Mas impõe-se aos trabalhadores a necessidade de assumirem a consciência sobre o caráter internacional de sua luta. Este elemento é fundamental para a construção de um novo movimento socialista.

O PT tem a grande responsabilidade de contribuir para a recomposição das forças socialistas, democráticas e populares em nosso continente. Isto orienta e orientará a ação do Partido no Foro de São Paulo. Especial atenção deve ter o esforço de desenvolver a solidariedade e ações conjuntas dos trabalhadores e excluídos nos países que compõem o Mercosul.

A DEFESA DA DEMOCRACIA

51- A defesa da democracia se impõe, entre outros motivos, porque parte da base de sustentação do governo é originária do período da Ditadura Militar.

O governo tem lançado mão de medidas repressivas, ainda revestidas de aparência legal, como o uso da Justiça do Trabalho para definir a abusividade das greves, inibir e dismantelar sindicatos, inibir com medidas de coação econômica sem precedentes na história do País, além de ocupação militar de usinas e tentativa de enquadramento penal de sindicalistas. Esta tendência pode-se acentuar na medida em que aumentar a resistência social.

52- A liberdade de expressão e organização e o direito democrático das oposições, bem como o funcionamento e autonomia dos poderes da República, poderão estar no centro da conjuntura.

53- Particularmente importante é a luta pela democratização dos meios de comunicação. As experiências das campanhas eleitorais, a forma como vêm sendo tratados a oposição e os movimentos sociais, as tentativas das forças conservadoras que dão sustentação ao governo de acabarem com o horário gratuito para os partidos políticos e com a Voz do Brasil revelam o papel absolutamente estratégico desta questão para a construção da democracia no País. O peso dos oligopólios que controlam a mídia, acobertados pela lei e pelos favores do Estado, é a principal arma de que dispõem as classes dominantes para construir a hegemonia conservadora, ocultando a realidade social, semeando ilusões e manipulando o imaginário popular de uma forma que compromete decisivamente o debate democrático no País.

Devemos liderar ampla campanha para combater monopólios e oligopólios privados e exigir o cumprimento de dispositivos constitucionais que criam os

Conselhos de Comunicação Social e estabelecem controle e fiscalização sobre a programação de emissoras de rádio e televisão.

54- Para impulsionar esta agenda alternativa, direcionada a disputar politicamente um projeto democrático e popular, o PT deverá adotar as decisões que vêm a seguir:

55- O Encontro Nacional do PT esclarece assim sua posição sobre a tática para o enfrentamento das propostas neoliberais na reforma da Constituição.

Em primeiro lugar, devemos continuar e acentuar as denúncias sobre os objetivos das propostas de FHC, do PSDB e do PFL. Em segundo lugar, devemos insistir na exigência de um referendo popular para as mudanças que foram e serão efetuadas na reforma constitucional. Em paralelo, devemos articular o conjunto das forças democráticas, os movimentos sociais, as ONGs, o movimento sindical, para enfrentarmos a reação, constituir um forte movimento político e social para aplicação de uma tática que combine múltiplos movimentos, da sistemática denúncia de cada proposta do governo ao incentivo de apresentação de emendas populares, da recusa de quórum e obstrução parlamentar à apresentação de emendas alternativas.

Tais emendas permitirão impor uma agenda social e de choque com o neoliberalismo, ao contrário da simples resistência ou de conciliações no campo antidemocrático e antipopular. O PT precisa recuperar a capacidade de disputar a hegemonia da sociedade.

56- Neste sentido, estamos lançando uma ampla campanha popular, incluindo a coleta de assinaturas e debates públicos, em torno da proposta de reforma da Previdência Social e da proposta de reforma tributária, além da campanha nacional pela democratização dos meios de comunicação. A luta pela reforma agrária é outra grande prioridade e não deve se reduzir às iniciativas do Movimento dos Sem-Terra ou dos trabalhadores do campo, mas traduzir-se em ações partidárias concretas e permanentes.

REORGANIZAÇÃO E REARTICULAÇÃO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

57- O PT deve reconstruir e fortalecer suas secretarias sindicais, reaproximar suas iniciativas de campanhas e lutas com a CUT e a Central dos Movimentos Populares, dar prosseguimento a experiências como o seminário dos movimentos sociais. Precisamos construir um fórum permanente de petistas que atuam no movimento sindical, para repensar o mundo do trabalho e oferecer alternativas de atuação.

58- O compromisso com o movimento negro não pode resumir-se às comemorações dos 300 anos de Zumbi. O PT tem de fortalecer, em sua agenda e na sua estrutura partidária, a luta contra a discriminação e de apoio ao movimento negro.

59- O Partido deve reconstruir seus laços com o movimento estudantil e repensar profundamente sua relação com a juventude.

60- Todo este trabalho de reorganização e rearticulação dos movimentos sociais é absolutamente fundamental para a tática do PT. Neste sentido, nossa mobilização deve apontar para uma agenda alternativa para o Congresso e a

sociedade. A bancada deve desenvolver ações que sejam facilmente inteligíveis e sensíveis a amplos setores da população.

61- O PT deve regionalizar suas ações, estar presente onde é mais sensível o impacto da política recessiva e de desmonte de FHC, deslocar dirigentes e desenvolver ações de massa e campanhas políticas. As respostas setoriais e regionais são muito importantes, devem ser incentivadas e fortalecidas, ao mesmo tempo em que estaremos procurando articular e unificar as ações de massa.

OS GOVERNOS MUNICIPAIS E ESTADUAIS DO PT

62- Os governos municipais e estaduais do PT (o Modo Petista de Governar, enquanto exemplo prático de uma política alternativa com ênfase nas questões sociais e na construção e aprofundamento de novas práticas democráticas) podem constituir-se em poderosos instrumentos de comparação com o neoliberalismo, na vida cotidiana de cada cidadão.

63- A proximidade das eleições municipais impõe ao Partido uma dedicação especial na condução desse processo, tendo em vista exatamente o embate entre alternativas que estão colocadas para o Brasil. A Direção Nacional tem a responsabilidade de imprimir esse caráter à disputa e evitar que o processo todo se limite a detalhes das disputas locais. Da mesma forma, os atuais prefeitos e governadores têm papel insubstituível na consolidação da marca democrático-popular, oposta ao neoliberalismo no que se refere às prioridades.

A BATALHA DAS IDÉIAS E A DISPUTA DE HEGEMONIA

64- A batalha das idéias e a disputa de hegemonia é absolutamente central no enfrentamento do projeto neoliberal. O PT deve recolocar o debate sobre as grandes questões nacionais, ao invés de priorizar, internamente, os temas doutrinários. Reorganizar sua política de comunicação com a sociedade, como os programas de TV, que, por exemplo, precisam criar uma nova linguagem, com mais ousadia e criatividade e identidade cultural própria. Criar novos instrumentos e novos canais de comunicação é fundamental para a formação de uma contra-hegemonia ao neoliberalismo.

65- Tendo em vista o caráter global das mudanças e para viabilizar uma política de integração justa e democrática, em que seja preservada a soberania nacional e popular, o PT impulsiona uma política externa de articulação e solidariedade com todas as forças populares, democráticas e socialistas do mundo, especialmente no âmbito da América Latina e do Caribe.

66- O Foro de São Paulo, criado em 1990 por iniciativa do PT, é uma instância privilegiada de nossa atuação externa, que deverá ser fortalecida política e organicamente, com o aprofundamento do debate no seu interior, a multiplicação de iniciativas que desenvolvam a solidariedade continental dos trabalhadores e das esquerdas e a constituição de instâncias que permitam maior fluidez e eficácia de seu funcionamento.

AS ELEIÇÕES DE 1994

67- A vitória de Fernando Henrique Cardoso, no primeiro turno das eleições de 1994, constituiu-se em um duro golpe para o Partido dos Trabalhadores, para as esquerdas e para as forças populares no Brasil.

68- Ainda assim, o PT foi capaz de aumentar sua representação no Congresso para 50 deputados e cinco senadores. Somados aos demais parlamentares da Frente Brasil Popular e a nossos aliados do PDT, constituímos a maior bancada de esquerda de nossa história parlamentar. Além disso, pela primeira vez, o PT elegeu dois de seus militantes para governar estados.

69- A avaliação dos resultados das eleições deve ser feita no marco mais geral de uma análise profunda de suas causas, que seja capaz de determinar o peso de fatores conjunturais, as responsabilidades da Direção Nacional, em particular da Coordenação da Campanha, mas também os fatores estruturais que existiam há muito tempo, bem antes das eleições. Esta avaliação, já iniciada, deve ser dura, descarnada, não deixando espaço para atitudes auto-complacentes por parte do Partido. Não pode ser, no entanto, a ocasião para mesquinhos ajustes de conta.

70- Nesta análise, não podemos creditar apenas aos erros do PT e das esquerdas as responsabilidades pela derrota. É importante destacar que a vitória de FHC deveu-se à acertada estratégia de unidade das classes dominantes, capaz de constituir, no Brasil, o mais impressionante bloco de forças políticas e sociais da história republicana.

71- É fundamental entender que FHC elegeu-se presidente porque Lula era candidato. O programa de reformas estruturais da Frente Brasil Popular ganhou milhões de corações e mentes, ameaçando privilégios seculares, o que foi decisivo para a unidade da direita com o centro.

72- Não pode ser ocultado o caráter desigual do embate de 94. FHC não só dispunha de todas as alavancas do Estado, que lhe permitiram aplicar meticulosamente seu plano antiinflação, escolhendo o momento eleitoralmente mais conveniente de seu lançamento, como conseguiu reunir importantíssimos apoios econômicos e, praticamente, todos os meios de comunicação.

73- Apesar dos avanços de nosso Programa de Governo, que buscou construir uma alternativa ao neoliberalismo e ao nacional-desenvolvimentismo, não tivemos condições de levar nosso programa às grandes massas e perdemos a batalha no campo das idéias. Esta derrota viu-se fortalecida pelo peso que passou a ter o plano antiinflação, cuja eficácia subestimamos, ainda que pouco pudessemos fazer em direção contrária.

74- A derrota de 1994, entre outras lições, convida a uma reflexão mais crua sobre nossa imagem na sociedade, sobre o efeito exterior de nossas lutas internas, sobre as ambigüidades políticas e ideológicas que temos, sobre nossas dificuldades em realizar um ajuste de contas mais severo com as duas heranças socialistas deste século: o comunismo e a social-democracia.

75- Finalmente, as eleições de 1994 revelaram, de forma definitiva, a precariedade de nossa organização, de nossas finanças, o caráter amador de nosso trabalho de direção e a conseqüente necessidade de qualificá-lo.

GOVERNAR É PRECISO

76- Não podemos mais continuar subestimando o papel dos governos petistas. As experiências nas prefeituras já demonstraram o potencial do Modo Petista de Governar. É preciso intensificar as atividades de intercâmbio de experiências, realização de reuniões, seminários, fóruns, encontros entre os petistas que ocupam ou ocuparam postos no Legislativo e no Executivo. É necessário dar maior divulgação às experiências de governo e de ação parlamentar, mostrando que existe um Modo Petista de Governar e de Legislar.

77- As prefeituras e os governos de estado do PT estão radicalizando a participação democrática. Nas suas administrações, o PT consegue imprimir uma nova e diferente marca na atividade política, voltando-a para o interesse da maioria da população. As experiências de orçamento participativo – em que a população decide onde e como aplicar os recursos públicos – já se generalizaram nas cidades e nos estados em que o PT é governo. Além de priorizar o social e abrir a gestão pública à participação popular, o Partido realiza uma revolução cultural e política na educação, organização, comunicação e coloca na ordem do dia a distribuição de renda, a cultura e o controle social do Estado. Em muitas prefeituras, o PT está modernizando e racionalizando as empresas estatais, sem adotar nenhuma das bandeiras neoliberais. Ao contrário, demonstra que pode existir uma esfera pública, nem privada nem estatal, capaz de voltar-se prioritariamente às necessidades da população. Além disso, a partir dos governos municipais e estaduais, o PT pode criar quadros e políticas para governar outros estados e o País, e expandir sua influência política e social.

78- As administrações democráticas e populares são importantes conquistas em nossa caminhada. Representam acúmulos, anos de luta e de trabalho coletivo. Evidenciam formas inovadoras e práticas positivas no fazer político e na gestão do Estado. Porém, é sempre bom reafirmar que as administrações populares não devem contentar-se apenas em cumprir a rotina de serem honestas e competentes. É preciso rasgar caminhos novos, abrir-se radicalmente à participação e controle popular, abordar os problemas mais graves e sentidos das multidões, enfim, construir contrapontos práticos e visíveis ao neoliberalismo.

79- Ao repensar o governo da cidade e dos estados, e ao retomar a idéia do planejamento e do controle social, o PT está negando tanto as formas tradicionais do populismo e do clientelismo quanto as do neoliberalismo. Com isso, credencia-se para contrapor uma alternativa ao modelo neoliberal, no social e no estatal, no público e no privado; ao distribuir renda e abrir acessos à educação e à cultura para os excluídos e marginalizados, cria uma nova base social para nosso projeto político.

80- A direita tem atacado os governos do PT para inviabilizar a consolidação do Modo Petista de Governar e impedir o crescimento de nossa base social e eleitoral e de uma cultura popular em torno do petismo. Portanto, é inaceitável que o PT subestime seus governos, não priorize a divulgação de suas realizações e deixe para segundo plano a coordenação e orientação das administrações petistas. Mais inaceitável ainda é permitir que se exponham as administrações petistas ao ataque dos adversários e se coloque em risco a continuidade de um trabalho inovador de

atendimento à população marginalizada. São questões que ganham maior relevo com a proximidade das eleições municipais de 96.

PREPARAR O PARTIDO PARA AS ELEIÇÕES DE 1996

81- As eleições de 96 vão se dar, possivelmente, numa situação política desfavorável para as oposições, inclusive para nosso Partido, ou, na melhor das hipóteses, numa situação de empate entre o governo e a oposição.

82- Devemos preparar o Partido para estas eleições com a consciência de que 14 anos de experiência petista em governos municipais estarão em julgamento popular, e nosso objetivo é firmar a marca do Modo Petista de Governar e possibilitar a comparação entre os governos petistas e de nossas coalizões com os governos de direita, da aliança PSDB-PFL.

83- Nossa principal arma nas eleições de 96 é o Modo Petista de Governar. Esta deve ser nossa marca e o carro-chefe de toda a nossa propaganda. Devemos preparar dirigentes e militantes do Partido para divulgar e propagar nossos governos nos municípios e a verdadeira face do Modo Petista de Governar, contrapondo nossos governos aos dos partidos de direita e de centro-direita.

84- O Partido deve estar preparado também para responder aos ataques e calúnias de nossos adversários, que, a partir de acusações forjadas, procurarão concentrar a discussão em pequenos problemas, tentando desviar o debate sobre a gestão e o governo municipal para o campo das denúncias de supostas irregularidades em nossas administrações e/ou divergências dentro do PT.

85- As eleições serão um julgamento de dois anos de Governo FHC e dos governos estaduais eleitos em 94 (inclusive os nossos); pelo menos este deve ser o nosso objetivo político. Vamos trabalhar para manter as atuais cidades que governamos, além de triplicar o número de vereadores e eleger um grande número de prefeitos em novas cidades.

86- Devemos dar uma atenção especial aos problemas surgidos nas últimas eleições, na definição da política de alianças e nas coligações para os cargos proporcionais com os partidos de esquerda e nas disputas e prévias em torno dos cargos majoritários dentro do PT. Nosso objetivo, quando fazemos alianças, não pode, e não deve ser, apenas ganhar as eleições, e sim criar condições para governar e disputar a hegemonia no município. Não podemos, assim, aceitar a política de alguns de nossos aliados, que fazem coligação com o PT com o único e exclusivo objetivo de eleger seus próprios candidatos proporcionais.

87- O DN deve preparar-se e preparar o conjunto do Partido para esta disputa de caráter nacional, tomando as seguintes medidas:

a) planejar e organizar nossa participação nas eleições, envolvendo nossos prefeitos, governadores, parlamentares, assessorias e Diretórios;

b) preparar os balanços das administrações petistas, de nossa política de alianças em nossos governos e de nossa participação em governos de outros partidos;

c) envolver o maior número de militantes na discussão desta avaliação, socializando as informações sobre nossos governos;

d) colocar na agenda do Partido a questão da política de alianças em nível municipal, o lançamento de candidatos aos cargos majoritários e a definição das cidades prioritárias. O Partido precisa enfrentar a questão das alianças com os partidos de esquerda e seus resultados na eleição de vereadores;

e) tomar como uma questão nacional o encaminhamento da sucessão nas cidades que governamos e nas cidades definidas como prioritárias pelas direções regionais ou nacional;

f) cuidar, particularmente, da política de comunicação, garantindo a todas as cidades acesso às informações sobre nossos governos e ao material básico para a propaganda no rádio e na TV, assim como da política de finanças para as eleições, definindo, em nível nacional, critérios para o recebimento de doações e para o controle democrático dos recursos das campanhas.

Desde já, o PT estabelece três objetivos para as eleições de 1996:

- consolidar o Modo Petista de Governar e ampliar nosso número de vereadores e prefeitos;

- consolidar e ampliar o campo democrático e popular;

- derrotar o Governo FHC e seus aliados em nível estadual e municipal.

88- A política de alianças que o PT fará para as eleições de 1996 não pode desconhecer nossa atual experiência de governo de coalizão e nossas alianças na luta social e política contra o Governo FHC e seu modelo neoliberal.

89- Reafirmamos nossa atual política de alianças apoiada na experiência da Frente Brasil Popular, composta pelo PT, PSB, PCdoB, PPS, PSTU, PCB e PV. O PDT, que tem se oposto à política neoliberal e expressado o desejo de uma aproximação com o PT, estará no nosso campo de aliança sempre que se colocar na resistência e denúncia a FHC.

90- No campo democrático-popular, as alianças não podem se resumir ao processo eleitoral, mas devem, necessariamente, ser construídas com base em compromissos programáticos de governo e de luta social.

91- O PT reafirma sua política de disputar as eleições municipais com candidaturas majoritárias, procurando eleger o maior número possível de vereadores, sem prejuízo de nossa participação em alianças e coalizões com outros partidos.

92- O PT rejeita qualquer aliança com os partidos da coalizão de centro-direita que dá apoio ao Governo FHC. No caso do PMDB e PSDB, alianças pontuais com setores desses partidos só serão permitidas com base em um programa de oposição a FHC e sua política neoliberal.

93- As alianças fora do campo democrático-popular serão avaliadas e aprovadas ou não pela direção estadual respectiva, levando em consideração a realidade local e as resoluções políticas do Partido em nível nacional.

94- O Diretório Nacional convocará uma conferência no início de 1996, similar à que se realizará sobre os estatutos do PT, com o propósito de avaliar o quadro político, a nova legislação eleitoral e aprovar uma orientação sobre políticas de alianças com base nessa resolução.